



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 466

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
10/08/2009	Medida Provisória nº 466/2009

autor	Nº do prontuário
Eduardo Valverde PT-RO	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Altere-se na Medida Provisória nº 466, de 2009 o seguinte artigo:

“Art. 3º (...)

.....
§ 5º O direito ao reembolso previsto no *caput* terá duração igual à vigência dos contratos de compra de potência e de energia elétrica, mantendo-se, inclusive, após a interligação ao SIN, neste caso condicionado ao atendimento do disposto no § 1º do art. 4º desta Medida Provisória e incluindo todos os custos mencionados no § 1º deste artigo e aqueles associados às adequações referidas no § 1º do art. 4º, provenientes da interligação citada, tais como os custos relativos a conexão e uso do sistema de transmissão.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória prevê no art 3º que serão reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC o montante igual à diferença entre o custo total de geração da energia elétrica, para o atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR do Sistema Interligado Nacional - SIN. O custo total deverá contemplar, segundo o inciso IV do § 1º, os custos relativos a encargos e impostos nos Sistemas Isolados.

Por outro lado, a Medida Provisória mantém, no § 5º deste mesmo art 3º, para os contratos vigentes, o direito ao reembolso pela CCC após a interligação ao SIN. Desse modo, é necessário deixar claro que, nesta última hipótese, são também contemplados custos associados às adequações referidas no § 1º do art. 4º da Medida Provisória.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 10/08/2009 às 17:40

Consuelo / Matr 42678

PARLAMENTAR

